



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 239

04/12/09 a 10/12/09¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestres em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP): André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento;

Mestrando em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);

Graduandos em Relações Internacionais: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Bruna Hunger Ribeiro, Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PAE-Santander), Felipe dos Santos (bolsista CNPq), Felipe Garcia Moreira, Fernanda Nascimento Marcondes Machado, Juliana Yumi Aoki (bolsista PROEx), Rafael Augusto Ribeiro de Almeida;

Estagiários: Analice Pinto Braga, Beatriz Flório Pereira, Camila Cristina Ribeiro Luis, Raphael Camargo Lima, Sarah Machado.

¹ Não houve notícias relacionadas à Política Externa Brasileira nos jornais pesquisados no dia 7 de dezembro.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Presidente Lula defendeu programa nuclear iraniano

Em visita oficial à Alemanha no dia 3 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou que a diplomacia brasileira apoia o programa nuclear iraniano desde que seja limitado a fins civis. A declaração foi motivo de divergência entre Lula e a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, que defendeu aplicação de sanções contra o governo de Mahmoud Ahmadinejad. O presidente brasileiro pediu mais paciência com Teerã e criticou países como Estados Unidos e Rússia por cobrarem um posicionamento claro de Ahmadinejad em relação ao uso de energia nuclear, apesar de deterem armas com essa tecnologia. No comunicado final do encontro, os dois governantes expressaram suas expectativas de que o Irã responda afirmativamente à abertura do diálogo com a comunidade internacional e exortaram o país de Ahmadinejad a cooperar plenamente com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). No mesmo dia, o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, reuniu-se com o presidente iraniano em Isfahan, no Irã, para demonstrar a preocupação do governo brasileiro com o possível abandono das negociações com as grandes potências e a AIEA (Correio Braziliense – Mundo – 04/12/2009; Correio Braziliense – Mundo – 05/12/2009; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/12/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/12/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/12/2009).

Brasil reafirma que não reconhece eleições em Honduras

O assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, declarou que o Brasil não reconhece a eleição de Porfírio Lobo, em Honduras, e não mudará de posição, ainda que o congresso hondurenho recuse aceitar o retorno do presidente deposto, Manuel Zelaya. Para Garcia, a solução da crise não foi a eleição organizada pelo governo de fato de Roberto Micheletti. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acrescentou que o governo brasileiro vai aguardar a definição da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o embaixador brasileiro no órgão, Ruy Casaes, o Brasil continuará a propor o não-reconhecimento das eleições, mas não tem mais como defender a volta de Manuel Zelaya. A OEA está dividida: Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador e Venezuela concordam com o Brasil (Correio Braziliense – Mundo – 04/12/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/12/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 06/12/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/12/2009).

Lula faz declarações sobre a COP-15 na Alemanha

Em encontro com a primeira-ministra Angela Merkel, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a Cúpula das Nações Unidas sobre Clima em Copenhague (COP-15) representa um grande avanço na luta contra o aquecimento global e ressaltou a necessidade dos países ricos ajudarem os



Observatório de Política Exterior do Brasil

menos desenvolvidos. Merkel pediu mais compromisso dos emergentes e elogiou o plano brasileiro de reduções de gases estufa. Ambos os governantes declararam que não acreditam na possibilidade da Cúpula resultar em um tratado legal. Em comunicado emitido ao fim do encontro entre Alemanha e Brasil, ficou definido que o objetivo comum a ser alcançado para a Conferência na Dinamarca será apenas um acordo político, sem obrigatoriedade de comprometimento internacional. Na mesma ocasião, Lula declarou que a posição brasileira na COP-15 será a de conclamar as demais nações a superarem as metas de redução da emissão de gases estufa propostas pelo Brasil (Correio Braziliense – Ciência – 04/12/2009; Correio Braziliense – Ciência – 05/12/2009; Folha de S. Paulo – Ciência – 04/12/2009; O Estado de S. Paulo – Vida& - 04/12/2009; O Estado de S. Paulo – Vida& – 05/12/2009).

Lula firma parceria com Alemanha

Em visita à Alemanha no dia 4 de dezembro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, firmou parceria estratégica entre Brasil e Alemanha. Dentre outros itens da agenda comum, como a reforma da Organização das Nações Unidas e a ampliação do Conselho de Segurança, o acordo reafirma a cooperação, inclusive financeira, nas áreas que envolvem desenvolvimento sustentável e energia (Correio Braziliense - Mundo - 05/12/2009).

Paraguai protesta contra incentivos dos produtores em Manaus

Para o governo paraguaio os produtores da Zona Franca de Manaus contam com incentivos que distorcem o comércio no MERCOSUL e pedem um novo acordo sobre o assunto. Os paraguaios acreditam que Manaus precisa fazer parte do novo código aduaneiro comum do bloco, pois assim se garantiria a harmonização dos impostos de importação cobrados na região (O Estado de S. Paulo – Economia – 05/12/2009).

Brasil assinou acordo de transferência de tecnologia

Em 9 de dezembro, o governo brasileiro assinou um acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Tal acordo visa transferir a tecnologia pioneira do Brasil sobre monitoramento de florestas para países tropicais (Folha de S. Paulo – Ciência – 08/12/2009).

Brasil propôs diálogo com a Coreia do Norte

No dia 7 de dezembro, em reunião na Organização das Nações Unidas (ONU), a embaixadora brasileira, Maria Nazareth Azevedo, declarou que o diálogo é a melhor forma de promover os direitos humanos na Coreia do Norte. A proposta



Observatório de Política Exterior do Brasil

brasileira gerou críticas de inúmeros países e órgãos internacionais (O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/12/2009).

Brasil informou como irá retaliar os subsídios dos EUA

Em 7 de dezembro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) informou que a retaliação aos Estados Unidos consentida pela Organização Mundial de Comércio (OMC) no caso do subsídios ao algodão não atingirá produtos sem similares no Brasil e insumos para o processo produtivo em geral. Além disso, o governo brasileiro não descartou a possibilidade de quebra de patente e da propriedade intelectual norte-americana (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/12/2009).

Reunião do Conselho do MERCOSUL

Nos dias 7 e 8 de dezembro, ocorreu a 38ª Reunião do Conselho do MERCOSUL em Montevideo, Uruguai. No encontro, foi decidido que as exceções da Tarifa Externa Comum (TEC) serão mantidas até o final de 2011, o regime especial de importação até 2016 e que a TEC será aumentada em alguns setores para protegê-los da concorrência externa. Os governantes também rejeitaram as eleições hondurenhas. No dia 8, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o Senado brasileiro aprovaria naquela tarde o protocolo de adesão da Venezuela ao bloco. Por temor da desvalorização do dólar, os países do bloco analisaram medidas comuns de administração de reservas internacionais, a mitigação dos riscos de volatilidade, a criação de um fundo soberano regional e a ampliação do Sistema de Pagamento em Moeda Local (SML). Além disso, o bloco declarou que se empenhará para destravar as negociações comerciais com a União Europeia (UE) e para alcançar uma proposta comum a ser levada à próxima reunião do Grupo das 20 Maiores Economias Mundiais (G-20) (Correio Braziliense – Mundo – 08/12/2009; Correio Braziliense – Mundo – 09/12/2009; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 08/12/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 09/12/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/12/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/12/2009).

Brasil desaprova repressão iraniana e defende a democracia

Em 7 de dezembro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, compareceu à 38ª Cúpula do MERCOSUL, realizada no Uruguai. O chanceler brasileiro declarou não aprovar as manifestações de estudantes no Irã. Porém, afirmou que tal repressão não é exclusividade deste país. O ministro reiterou a afirmação do presidente brasileiro de que os Estados Unidos (EUA) e a Rússia não têm moral para pressionar os iranianos na questão nuclear, pois os dois países detêm armamentos nucleares. Nesta mesma



Observatório de Política Exterior do Brasil

ocasião, Amorim afirmou que o Brasil defende a democracia, referindo-se ao golpe de estado hondurenho. A declaração foi uma resposta aos críticos do posicionamento brasileiro na crise hondurenha (Folha de S. Paulo – Mundo – 08/12/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 08/12/2009).

Brasil priorizou estratégia para Copenhague

Durante reunião da delegação brasileira coordenada pela ministra Dilma Rousseff em Copenhague, o negociador do Brasil, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, afirmou que a prioridade da estratégia do país é cobrar compromissos mais firmes dos países desenvolvidos, responsáveis históricos, segundo ele, pela emissão de gases de efeito estufa. Assim, o país deixa para segundo plano a proposta, apoiada por ambientalistas, de que a conferência do clima fixasse um limite global para as emissões de carbono. A delegação brasileira articulou com o chefe do principal grupo negociador na conferência do clima, Michael Zammit Cutajar, para tentar dissolver o impasse na negociação do novo tratado. Figueiredo declarou que a versão do acordo elaborada tentou captar posições de diferentes partes em vez de contrapô-las. A questão mais espinhosa no texto foi o financiamento de médio prazo. Figueiredo avaliou que sem um pacote financeiro robusto, será difícil chegar a um consenso. Segundo o embaixador, o Brasil usará dinheiro próprio para seus fins próprios, ou seja, para tentar cumprir a meta de cortar entre 36% e 39% as emissões de gases-estufa em relação ao projetado para 2020 se nada fosse feito. Mas destacou que a cooperação externa seria bem-vinda, permitindo o país ultrapassar os objetivos. A proposta pediu, ainda, um compromisso dos países desenvolvidos em custear, ao menos até 2020, parte das ações de adaptação e de corte de emissões de gases-estufa a serem tomadas pelos países em desenvolvimento. China, Brasil, Índia e África do Sul não aceitaram que o documento crie critérios que limitem sua qualificação para receber ajuda (Folha de S. Paulo – Ciência – 09/12/2009; Folha de S. Paulo – Ciência – 09/12/2009; O Estado de S. Paulo – Vida – 10/12/2009).